

DE ALDEIA, À VILA E CIDADE: ARACRUZ E AS MULTIPLICIDADES DE SUAS TRANSFORMAÇÕES. HISTÓRIA, ARQUITETURA, URBANISMO E CULTURA

Ana Elisa Testa Frigini (anaelisafrigini@hotmail.com)

Aluna de graduação do curso Arquitetura e Urbanismo

Fabiano Vieira Dias, MSc (fvieira@fsjb.edu.br)

Professor das Faculdades Integradas de Aracruz

RESUMO

A pesquisa busca entender, de forma geral, a formação conceitual do que se denominou de grandes narrativas da arquitetura e urbanismo, e tem como meta correlacioná-las em torno de arquiteturas singulares que tenham a capacidade de sintetizar as características dessas narrativas em sua própria história dentro do tecido urbano. A pesquisa, além de buscar as narrativas históricas que construíram a própria história urbana de Aracruz, começando pelas suas origens coloniais do séc. XVI, na Vila de Santa Cruz, até sua industrialização a partir dos anos de 1970, também foi a campo para estudar essas transformações em prédios singulares que tem a capacidade de unir essas narrativas em torno de si.

PALAVRAS-CHAVE: Aracruz, Santa Cruz, Arquiteturas Singulares, Narrativas, Historiografia

1 – INTRODUÇÃO

Aracruz, cidade da região do Litoral Norte capixaba, é hoje conhecida por seu potencial econômico ligado ao seu Porto, suas indústrias e a grande fábrica de celulose que, nos anos de 1970, impulsionou o seu crescimento econômico e urbano. Mas, sua história é muito mais antiga, seja pela presença dos povos indígenas que aqui chegaram, seja pela colonização portuguesa do séc. XVI e mais tarde, pela italiana, nas últimas décadas do séc. XIX. Seu território fragmentado é, ao mesmo tempo, tanto uma circunstância do relevo que a conforma como, em última instância, de uma construção histórica e cultural multifacetada, ou seja, de uma multiplicidade de origens humanas que a caracterizam até os dias de hoje.

Além disso, é a representação de um território de extremos: de um lado, como exemplo, as aldeias indígenas dos primeiros homens que ocuparam essas terras milênios atrás e de etnias indígenas mais novas; de outro, sua importante área portuária, porta de entrada e saída para o mundo, onde brasileiros e estrangeiros convivem lado a lado todos os dias. As mais antigas tradições (as ainda existentes) dividem esse território com as rápidas transformações da indústria e do capital. E entre eles, toda uma história de ocupações urbanas iniciadas ainda em meados do séc. XVI.

As pesquisas historiográficas engendradas a partir da metade do último século estudaram a formação das estruturas urbanas das cidades europeias através de levantamentos históricos de elementos-chave de sua constituição. Essa pesquisa em específico, bem como as desenvolvidas nos últimos cinco anos pelo professor Fabiano Dias e seus orientandos, perseguem a hipótese de que cada cidade é em sua superfície uma arqueologia vivenciada por seus monumentos e espaços. Cada texto que compõe a cidade narra uma parte de sua história, que congrega no urbano experiências e vivências que mesclam relações sociais, econômicas, políticas e históricas, no bojo do amplo espectro do que se denomina de cultura, inscrita (ou sobrescrita) em camadas históricas do urbano como um texto escrito em pedra.

As grandes narrativas da arquitetura e do urbanismo estudadas nesta pesquisa são analisadas e trabalhadas além de sua particularidade, e unidas em torno do que defende Rossi para a inter-relação dos fatos urbanos como base do entendimento da cidade (ROSSI, 1992, p. 114). Como narrativas, não interessam somente seus valores quantitativos, mas, tão importante quanto serão seus valores qualitativos, ou seja, a origem de seus significados e como estes se relacionam e se moldam na realidade histórica de cada arquitetura e seu contexto.

Entende-se por grandes narrativas a capacidade que campos interdisciplinares de pesquisa ligados direta ou indiretamente às disciplinas da arquitetura e urbanismo, possuem, de forma integrada, de comunicar e traduzir a história da cidade, no tempo e no espaço. As narrativas seriam, nos termos de Roland Barthes, formadas por “estágios” históricos, completados então, em sua existência, por “encadeamentos”, em que a linha principal da narrativa seria alimentada por eixos verticais de acontecimentos ou fatos. Estes darão, ao longo da existência da narrativa, sua significação, ou como explica o autor, “a significação não está ‘ao cabo’ na narrativa, ela a atravessa” (BARTHES in BARTHES, 1976, p. 26).

Como fio condutor, buscam-se na historiografia da arquitetura exemplares arquitetônicos – denominados de arquiteturas singulares - que tenham a capacidade, no tempo histórico, de agrupar em seu corpo físico as características dessas grandes narrativas, como interlocutores históricos das transformações urbanas expressas por elas. Especificamente essas arquiteturas serão escolhidas nas escalas e abrangências de cidades capixabas, estudadas dentro dos limites da pesquisa em andamento.

A metodologia se baseia em estudos das narrativas históricas de autores específicos, unificados, por conseguinte, em torno das arquiteturas selecionadas ao longo da pesquisa, através de levantamentos qualitativos e quantitativos para seu enquadramento em narrativas específicas, dadas por sua própria história ao longo do tempo.

Além disso, a pesquisa se baseia em duas premissas básicas: a) O tema das narrativas envolve uma variada gama de disciplinas ligadas pela história, tendo o foco (e o fim) na cidade e sua arquitetura e, b) O próprio conceito de arquitetura (singular) é trabalhado aqui de forma multidisciplinar: não só interessa o edifício construído, suas peculiaridades tipológicas, construtivas, formais e estéticas, mas, o conjunto de espaços urbanos, formados ou não por arquiteturas e por fim, a paisagem que este conjunto constrói ao longo da história.

Essa nova pesquisa vem para fechar um ciclo de cinco anos de estudos de cidades da região norte e noroeste do Estado do Espírito Santo. Iniciada em 2015, a pesquisa teve como foco a cidade de Linhares e sua importância como uma das últimas vilas coloniais brasileiras; passou pela cidade de Ibirapu e estudou duas arquiteturas religiosas singulares da cidade e sua relação com a paisagem natural circundante, e pela cidade de Colatina ao estudar o pequeno e histórico núcleo urbano de Itapina, a partir de sua história com o rio Doce e relevo; retornou à Linhares para concluir os estudos de 2015 e agora, encerra em Aracruz, cidade que tem suas origens históricas ainda nos primórdios do período colonial, na pequena Vila de Santa Cruz, foco de estudo histórico dessa última fase, chegando-se e limitando-se até o início dos anos de 1970 e a implantação da Aracruz Celulose, enquanto recorte temporal.

2 – A SANTA CRUZ ANTES DE ARACRUZ E SUAS ORIGENS JESUÍTICAS

A história de Aracruz inicia no que é atualmente o território de Santa Cruz, datada de 1556, apenas 56 anos após a descoberta do Brasil. Originalmente, surgiu com a fundação de um pequeno aldeamento, denominado Aldeia Nova, na foz do Rio Piraquê como um núcleo de catequese jesuítico, cinco anos após os padres jesuítas aportarem na sede da Capitania, a Vila da Vitória. O rio Piraquê - nome de origem Tupi-Guarani, uma variação para alguns de Perequê (PELLIZZARO, 2011, p. 25) e que significa “entrada de peixe” – desagua no mar a partir de seu trecho final, alimentado por dois braços do mesmo rio, o Piraquê-mirim e o Piraquê-açu, respectivamente o menor (ou mirim) com 22 Km e o maior (ou o açu) com 50 Km de extensão. Ambos ao se encontrarem formam esse corpo d’água à jusante e mais largo – o rio Piraquê -, com 500 metros de largura (A TRIBUNA, 2007, p. 6).

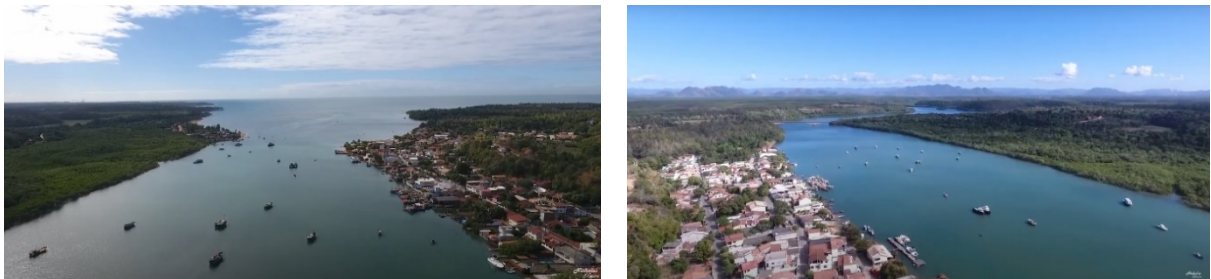
Exatamente nessa faixa do Piraquê, após encontro dos dois rios tributários e marcando a entrada por sua grande foz em forma de estuário, encontra-se implantada a atual Vila de Santa Cruz, origem da ocupação urbana da região de Aracruz. Do antigo aldeamento nada mais resta do que os registros feitos pelos catequizadores jesuítas, mas, a sua localização geográfica é marca tanto da colonização portuguesa dos primeiros séculos do território brasileiro, quanto da presença jesuítica em nosso solo.

A Igreja e a Coroa têm no primeiro século de colonização o importante papel de ocupação do litoral brasileiro, reforçando pelos núcleos urbanos e suas edificações, a presença do poder de ambas. As primeiras

aldeias e vilas de ocupação europeia no Brasil são, portanto, expressões ou afirmações do domínio do território físico-geográfico pertencente à Coroa Portuguesa, como também o campo sagrado de expansão da fé católica pela catequização das almas pelo mundo.

A geografia desses primeiros núcleos urbanos é a chave para entender a marca desse poder de mão dupla sobre o território brasileiro. Sua implantação, seguia como premissa básica a escolha, por parte dos colonizadores portugueses e jesuítas, de lugares estratégicos no litoral brasileiro: “[...] buscavam sempre sítios de posição privilegiada e dominante quanto ao entorno, próximos a cursos d’água para facilitar as incursões e a defesa” (DIAS, 2014, p. 95). Melhor ainda se fossem em pontos elevados do relevo para aumentar a segurança. A Aldeia Nova, mesmo próxima às margens planas do rio Piraquê, possuía posição estratégica: pela foz do rio se tinha fácil visibilidade de qualquer navio vindo pelo mar, facilidade ainda de água potável e pesca, relevo plano ao redor que não dificultava o controle visual do entorno, e, muito provavelmente à época, uma densa mata que servia tanto de refúgio contra qualquer ataque, como lugar de subsistência de alimentos e material de construção primitivos, e que nos dias atuais, ainda se faz presente em boa parte das margens do rio (**Figura 1 e Figura 2**).

Figura 1 e Figura 2 - Imagens atuais da foz em estuário do rio Piraquê, em Santa Cruz, com a ocupação da vila abaixo.



Fonte: SILVEIRA, 2016

Foi assim com a Vila da Vitória, sede a Capitania do Espírito Santo. Em platô elevado, em forma de acrópole, a vila se desenvolve lentamente em sua localização privilegiada dentro da Baía de Vitória, local protegido e de fácil controle dos navios que a adentravam. Nela, aportam primeiro os jesuítas vindos a mando da Coroa, dentro dessa lógica de mão-dupla do poder sobre o novo território. Chegam em 1551, se instalam na Ilha de Vitória e iniciam o processo da construção de sua sede, bem como da criação de aldeamentos pela Capitania, em busca de catequizar índios e os novos colonos.

Aldeia Nova foi criada e administrada pelo padre jesuíta Brás Lourenço, auxiliado pelos noviços Diogo Jácome e Fabiano Lucena, no processo de colonização portuguesa do séc. XVI, tendo na catequese dos índios pelos jesuítas uma de suas frentes de ocupação pelo litoral brasileiro, em um primeiro momento. Brás Lourenço chega ao Espírito Santo em 1553 para substituir padre Afonso Brás, após esse fundar na Vila da Vitória, em 1551, as bases do que viria a ser a Ordem Jesuítica na Capitania do Espírito Santo. O irmão Fabiano Lucena chega com o padre Manoel da Nóbrega em 1556, este trazendo consigo “[...] as Constituições, bem como as instruções sobre o que se deveria fazer em relação às aldeias que se formavam [...]” (CARVALHO, 2019, p. 81). Já sobre o noviço Diogo Jácome, não foi encontrado registro de sua chegada no Espírito Santo, somente, anos mais tarde, em 1564, voltando ao Espírito Santo já como padre, para assumir a aldeia de Nossa Senhora da Conceição (CARVALHO, 2019, p. 91), que séculos à frente, viria a se tornar sede do Município da Serra.

O ano de 1556 marca a volta do padre Manoel da Nóbrega à Bahia, após desentendimento com o bispo Dom Pedro Fernandes, em 1552, sobre a atuação da catequese dos índios pelos jesuítas. Segundo Carvalho, em nota, “[...] o bispo se aborreceu com o modo como os jesuítas faziam a catequese e achou que esta deveria ser feita do mesmo modo como se fazia na Índia Oriental e no Japão. Em virtude disso, fez algumas advertências aos jesuítas e proibiu determinadas coisas que aborrecerem Nóbrega” (CARVALHO, 2019, p. 41, nota 42).

Nesse meio tempo, Manoel da Nóbrega vai para o “sul” da colônia, próximo ao rio Piratininga fundar o colégio e igreja que dará origem, mais tarde, a cidade de São Paulo. Voltando ao “norte”, em 1556, Nóbrega retoma o processo de criação de aldeamentos (CARVALHO, 2019, p. 41). É nessa leva de novas aldeias, próximas às vilas principais das capitanias, mas distantes o suficiente para reunirem os índios convertidos e protegidos, tanto dos não-convertidos como dos portugueses escravistas, que surge a Aldeia Nova, às margens do rio Piraquê. Junto aos jesuítas, a tribo de índios temiminós chefiados pelo cacique Maracaiaguaçu, procedentes de Niterói, se estabeleceu no recém criado aldeamento, fato que ajudou a atrair tribos que residiam na vizinhança, pelo bom tratamento que estes recebiam (BITTENCOURT MELO Jr., 2014, p. 30-31). Coutinho descreve os aspectos estruturantes do núcleo:

Quanto ao transporte, não havia estradas. Os viajantes tinham que enfrentar não apenas os obstáculos naturais das matas e seus animais como também lutavam para afastar os invasores. Usavam-se os caminhos dentro das matas ou ia-se pela praia, aproveitando-se a maré baixa. As mercadorias eram transportadas em carros de boi, no lombo dos animais (cavalos ou tropas de burros) ou em barcos pelo mar (COUTINHO, 2006, p. 174).

Carvalho traça a história das primeiras aldeias jesuíticas na Capitania, desde o primeiro contato com os índios, em 1551 (CARVALHO, 2019, p. 123). Segundo o autor, o número e a localização de cada aldeia em solo capixaba, sempre foi um problema pela imprecisão dos dados fornecidos pelos padres, principalmente por suas cartas enviadas à Europa: “As informações eram, às vezes, fornecidas logo, sem detalhes, pela presa em enviá-las, talvez pela saída imediata do navio, o que ocasionava uma falha nas notícias” (CARVALHO, 2029, p. 126). Até o final do séc. XVI, as cartas enviadas davam conta de uma variada quantidade de aldeias ao longo da costa da Capitania, na direção sul e norte, a partir da sede na ilha da Vila de Vitória.

Aldeia Nova faz parte das primeiras aldeias de catequização jesuítica na Capitania. Brás Lourenço, juntamente com Fabiano Lucena e o índio Maracaiaguaçu (ou Maracajaguaçu para alguns autores), apoiados nas Constituições jesuítas criam as primeiras aldeias ao norte, começando pela aldeia de Nossa Senhora da Conceição, no atual município da Serra, em 1556, seguida da Aldeia Nova em Santa Cruz, no mesmo ano, sendo a de Nova Almeida erigida em 1557, essa última, segundo Balestrero, “[...] notabilizando-se por ter sido procurada pelos noviços da Ordem, vindos da Europa, que ali fundaram uma escola de aprendizado tupi” (BALESTRERO, 1979, p. 39). A de Nova Almeida, construída um ano depois de Aldeia Nova e não muito longe desta, vem para substituí-la, em decorrência da grande existência de formigas em Aldeia Nova, que levou a perda das plantações e dificuldades quanto a criação de animais.

Esse novo aldeamento localizava-se onde hoje é Nova Almeida, no município da Serra, e foi batizado de Aldeia Nova dos Reis Magos. Enquanto isso, a aldeia original passou a se chamar Aldeia Velha. O pintor francês Auguste Biard, em visita a região em 1858, fez uma pintura sobre a invasão das formigas e ainda descreveu um momento que viveu:

Certa vez eu estava pintando um tronco de árvore coberto por trepadeiras que o envolviam como os arcos de um tonel. Enquanto trabalhava, não deixava de prestar atenção a insetos lezardos que passavam perto de mim, sempre na mesma direção; ouvia, mais distante, gritos de aves, alguns deles a se tornarem mais próximos. Pensei a princípio se tratasse de uma tempestade prestes a se desencadear e como tinha de percorrer bem uma légua antes de chegar a casa tratei de meu regresso, quando de súbito me vi coberto da cabeça aos pés por um exército de formigas. Mal tive tempo de me levantar, derramando tudo quanto tinha dentro de minha caixa de tintas, e fugi a toda velocidade, procurando me ver livre das formigas. E nem pensei em ir buscar os objetos deixados à toa. Numa extensão de dez metros mais ou menos de largura, unidas de tal modo que não se via um palmo do terreno, miríades de formigas caminhavam sem se importar com os obstáculos, a transporem parasitas, plantas, árvores das mais elevadas (BIARD, 2004, p. 85).

Os aldeamentos jesuítas se espalham para sul, chegando nas atuais regiões de Guarapari e Anchieta e alcançam importância maior no projeto catequizador dos jesuítas, por conseguirem atrair um grande número de “neófitos”, segundo Balestrero (1979, p. 40) que viviam ao redor dos padres e sua fé para serem catequizados e alfabetizados (BALESTRERO, 1979, p. 40). Juntam-se às aldeias, o Colégio e Igreja de São

Tiago, em Vitória, as igrejas construídas nas aldeias e as fazendas, como as primeiras estruturas urbanas e arquitetônicas de relevante importância para a história urbana capixaba, sendo, como visto, originárias de cidades séculos à frente.

O crescente progresso da então recém criada Aldeia Nova levou ao declínio da Aldeia Velha, que por anos ficou abandonada. No entanto, apesar do estado de decadência, esta foi repovoada por volta de 1774, por 30 casais trazidos pelo Capitão Mongeardino, capitão-mor da capitania. Pouco se sabe sobre o seu desenvolvimento, no entanto, a teoria mais provável de sua ascensão se dá em razão da existência do porto fluvial e sua atividade comercial, visto que este estava em um local de fácil acesso das embarcações, o que atraiu o interesse do então presidente da Província do Espírito Santo (COUTINHO, 2006, p. 130).

Em 1837, a Aldeia Velha é elevada à categoria de Freguesia, que fora consagrada à Nossa Senhora da Penha, subordinado ao Município de Reis Magos, Nova Almeida. Em 1848, seu desenvolvimento cominou na criação de uma Vila, sendo esta denominada Vila de Santa Cruz. No mesmo ano foi criado o Município de Santa Cruz, atualmente Aracruz, no entanto, é instalado solenemente apenas em 1849. O município tinha sede onde era a Vila de Santa Cruz, e este abrangia o território dos atuais municípios de Aracruz, Ibraçu e João Neiva. Este fora ainda desmembrado do Município de Reis Magos. Por fim, por meio de Decreto Estadual, a Vila de Santa Cruz é elevada à categoria de cidade em 1891. As mudanças continuaram, e em 1943, a cidade, o distrito e o município de Santa Cruz passaram a denominar-se Aracruz, que na língua dos tupi-guarani significa Santa Cruz. A alteração da denominação ao que parece ocorreu apenas para constar o nome grafado em tupi-guarani (BITTENCOURT MELO Jr., 2014, p. 35).

O ano de 1860 é apontado como ano provável da chegada dos primeiros moradores além dos índios, posseiros que instauraram as primeiras fazendas, ao Povoado de Sauaçu - nome de origem tupi-guarani que faz referência a uma espécie de macaco (*Callicebus melanochir*) - hoje sede do município de Aracruz. Quanto ao início preciso da localidade, existem algumas lacunas na história. Houve uma menção em 1855, acerca de uma sesmaria de terras, cuja descrição se assemelha à região, mas após esta, não houve durante alguns anos, nenhum outro registro. Acredita-se que na região até então pouco explorada ostentava uma mata bastante fechada e que era habitada por muitos macacos de porte grande, que chamavam atenção dos trabalhadores, principalmente dos italianos, pois não se viam estes animais na Itália. A localidade de Sauaçu, cujo nome significa Macaco Grande, fora dado pelos índios anos antes da chegada dos homens brancos (BITTENCOURT MELO Jr., 2014, p. 102).

Em 1948, a sede do Município de Aracruz foi transferida para a cidade de Sauaçu, que anteriormente havia sido elevada da categoria de povoado para cidade. No entanto, somente dois anos depois a mudança da sede consegue ser oficializada. As mudanças continuaram, e em 1953, o até então Povoado de Sauaçu teve sua denominação alterada, em definitivo, para Aracruz. No mesmo ano foi criado o Distrito de Santa Cruz, em Aracruz, localizado na antiga Vila de Santa Cruz. Assim, a divisão territorial do município ficou constituído de 5 distritos: Aracruz (Sede), Guaraná, Jacupemba, Riacho e Santa Cruz, permanecendo com esta divisão até hoje.

No livro “Faça-se Aracruz!”, o autor Maurilen Cruz justifica a mudança em decorrência da necessidade de centralização dos poderes públicos e integração entre as povoações, visto que a sede era de difícil acesso, enquanto o povoado de Sauaçu possuía uma posição central no município. A construção da Estrada de Ferro Vitória X Minas e a BR-101 foram fatores que também contribuíram para acabar com o movimento do porto fluvial de Santa Cruz e consequentemente ajudaram na decisão da realocação da sede.

3 – O OLHAR DO ESTRANGEIRO SOBRE A VILA DE SANTA CRUZ DO SÉC. XIX

A Aldeia Velha recebeu ao longo do séc. XIX alguns viajantes estrangeiros que foram de extrema importância pois, por meio das anotações destes, hoje sabemos um pouco mais sobre o início da história de Santa Cruz. E nos quase um século de relatos agrupados aqui, como se verá, percebe-se de antemão, que a pequena vila de Santa Cruz, antiga Aldeia Velha, pouco mudou em seu aspecto simples de edificações simplórias. Dentre eles, temos o Príncipe Wied-Neuwied, de origem alemã, que visitou a aldeia por volta de 1815, e descreveu o local da seguinte maneira: “composta de meia dúzia de choupanas de pescadores”,

e ainda complementa “[...] são pescadores pobres; contudo, o peixe é abundante no rio, que possui boa barra, de modo que as lanchas podem singrar até longe, rio adentro” (MAXIMILIANO, 1958, p. 151).

Mais tarde, no mesmo ano, Auguste de Saint- Hilaire, botânico francês, estudava a natureza *in loco*, registrando em seu diário de viagem tudo que via em formato de texto e gravuras. Em seu livro, “Segunda Viagem ao Interior do Brasil”, este fornece algumas informações sobre a aldeia como, por exemplo, a base econômica da região, a segurança militar presente nesta, o número de moradores da localidade e de núcleos vizinhos. Vindo de Vitória, após passar em Vila Nova (Reis Magos, na Serra) e a caminho de Aldeia Velha, Saint-Hilaire segue pela costa em direção da antiga aldeia. Todo percurso é marcado por matas às margens da costa e cabanas habitadas por índios (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 75), que anunciam alguma civilização próxima. Chegando em Aldeia Velha, ali para, pois seu destino antes de voltar à Vitória é o rio Doce, no Povoado de Linhares. Em sua estadia, as primeiras impressões sobre a simples aldeia às margens do rio Piraquê, ou “Rio da Aldeia Velha” como escreve o explorador francês, são as seguintes:

Esse lugarejo se compõe de choupanas construídas, na maioria, na Foz do Rio da Aldeia Velha e em sua margem meridional. Faz parte da paróquia de Vila Nova, ou Almeida, e é povoado por indígenas civilizados, que vivem da pesca e do produto de algumas terras cultivadas. O Rio da Aldeia Velha é formado pela junção de dois regatos, um menos considerável que vem de sudoeste e tem nome de Piriquimirim, o outro que vem de noroeste e se chama Piriquiaçu (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 75-76).

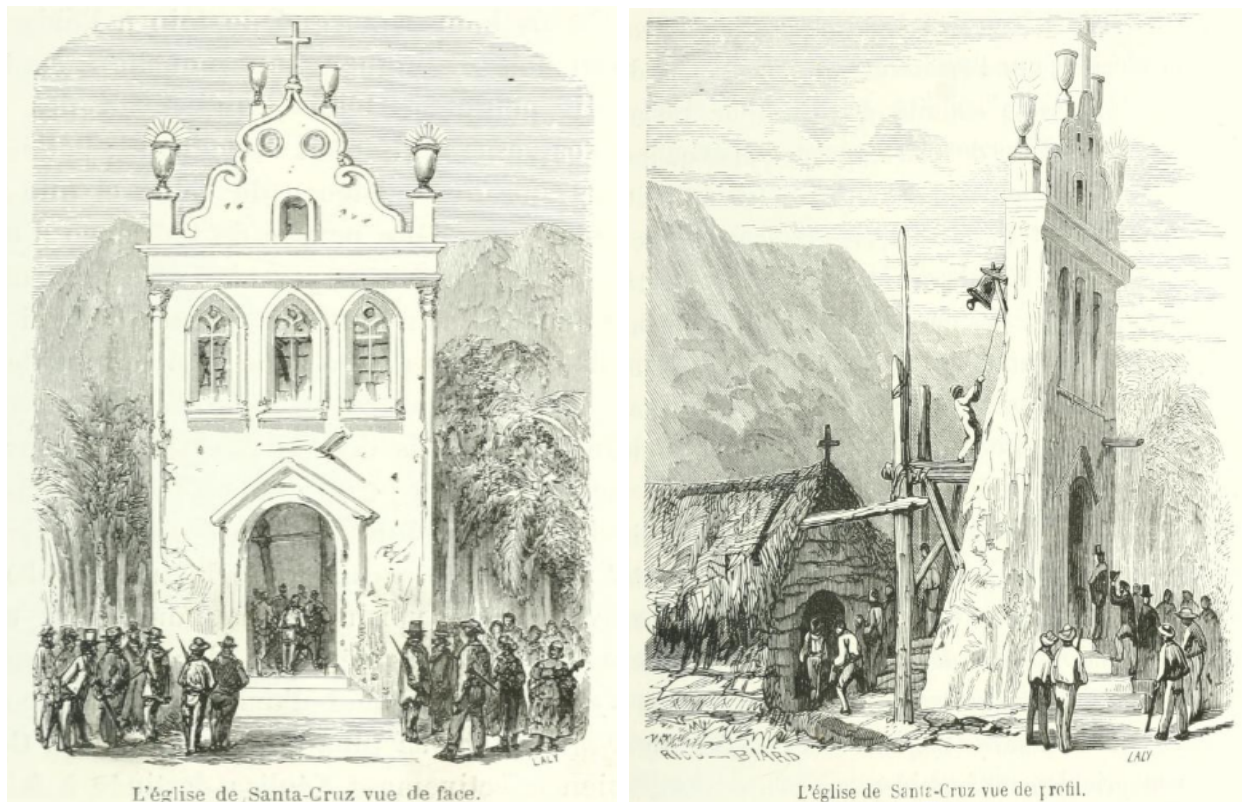
Em sua rápida estadia, Saint-Hilaire registra a vida comercial dessa pequena aldeia: mesmo de forma incipiente, o comércio de Aldeia Velha se estendia à época, à Bahia e ao Rio de Janeiro na venda de farinha de mandioca e de milho fabricadas pelos índios (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 76), que ainda exploravam o pau-amarelo de suas matas, utilizado como base para tintas, o cal, proveniente da região de Caieiras, mais ao norte da aldeia, extraído das conchas e, segundo o mesmo, “os demais artigos são comprados dos índios por 3 ou 4 negociantes portugueses estabelecidos na região e por outros que vêm de fora com barcas” (SAINT-HILAIRE, 1979, p. 76). Saint-Hilaire ainda registra a presença militar na aldeia através de um posto militar com um contingente de índios, que se alternam em turnos (SAINT-HILAIRE, 1979, p. 76), e de um capitão de milícia: “este capitão, que se intitula Capitão da Barra, não recebe ordem de ninguém que não o governador” (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 77). O Capitão Manoel Francisco da Silva Guimarães, português de origem, era o que mais se aproximava de uma autoridade da Coroa na região, sendo “[...] encarregado de velar e manter a ordem e de despachar os papéis exigidos dele aos patrões dos barcos” (SAINT-HILAIRE, 1979, p. 76).

Toda a região ao norte do Espírito Santo, seria a partir de 1800, militarizada com uma série de fortificações que subiam pelo planalto capixaba indo até a região do rio Doce, foco de embates com os ferozes índios botocudos. Linhares, por sinal, parada final de Saint-Hilaire, surge nos primeiros anos do séc. XIX como uma povoação construída no lugar de um dos quartéis do vale do rio Doce capixaba, o de Coutins, destruído por ataque dos índios em defesa de suas terras ancestrais. A implantação dos quartéis e a criação de Linhares, faziam parte da política da Coroa Portuguesa de ocupar o interior do território capixaba e ser, ao mesmo tempo, meio de segurança e proteção de penetração do território ainda inexplorado¹.

Auguste François Biard, pintor francês, visitou Santa Cruz entre os anos de 1858 e 1859. Através dos seus registros escritos e pinturas, podemos ter uma clara ideia de como era a arquitetura e sua organização da época. Segundo palavras do pintor: “[...] a igreja de Santa Cruz possuía de notável apenas a fachada. Ali só vi, depois, que merecesse uma referência especial, um chafariz há pouco construído. O resto quase nada valia: casinhas sem simetria, capim por toda parte, um portozinho protegido por alguns recifes” (BIARD, 2004, p. 64). Em seu texto este ainda descreve as moradias como sendo feitas de barro, pintadas de branco e cobertas com folhas de palmeira. No entanto, o registro de maior importância foi a pintura do frontispício, construído em 1857 e do perfil da Igreja de Nossa Senhora da Penha (**Figura 3** e **Figura 4**). Igreja cuja estrutura não possuía um corpo ou uma nave, apenas uma cabana por detrás da fachada, feita com esteios de madeira, paredes de taipa e cobertura de folhas de palmeira, que cumpria a função de igreja.

¹ Ver em especial: DIAS, Fabiano. Vitória e Linhares, no Espírito Santo: Cidades de duas urbanísticas de mesma origem portuguesa. Relatório de pesquisa em conclusão pela Faacz.

Figura 3 e Figura 4 - Frontispício e perfil da Igreja Católica de Santa Cruz, por François Biard (1858).



Fonte: BIARD, 1862, p. 135-137.

Em 1860, D. Pedro II, Imperador do Brasil, juntamente com sua comitiva, visitou e pernitoou em Santa Cruz como parte do seu itinerário de visita pelo interior do país. Este inaugurou na localidade um chafariz público e em seu caderno de viagem, descreve a localidade da seguinte forma: “uma vila alegre, à margem direita do rio, com casas térreas, pequenas e a maior parte cobertura de sapê”. O Imperador D. Pedro II ainda escreveu em seu caderno de anotações: “O frontispício da Igreja é maior do que esta, iludindo de longe a quem o vir de frente” (ROCHA, 2008, pág. 169).

Quanto à vila, ainda no tempo da visita do Imperador, não aspirava grandes edificações: a igreja por terminar, e como diz Biard, citado por Rocha, “‘O resto’ - descreveu o pintor – ‘quase nada valia [...]’ (ROCHA, 2008, p. 170). Além da igreja, Dom Pedro ainda anota em seu diário a fonte inaugurada de “duas bicas de água muito boa” (ROCHA, 2008, p. 170), construída desde o começo do séc. XIX e reformada em 1859, e ainda, o rio Piraquê e seu porto de Santa Cruz, nessa citação do seu diário que Rocha transcreve:

Há às vezes no porto 8 embarcações de barra fora. O Piraquê-açu que vem do sul admite navegação no tempo da águas para canoas grandes até 6 a 8 léguas, à fazenda do Rafael Pereira de Carvalho, e o Piraquê-mirim até 2 a 3 léguas vindo do norte a reunir-se ao outro pouco cima da vila; [formam] o rio Santa Cruz (ROCHA, 2008, p. 171).

Em sua breve estadia, o Imperador ainda participou de atividade oficial na Casa de Câmara que ainda não tinha a função dupla dessa tipologia como cadeia também, já que a cadeia nessa época se resumia, segundo Rocha, a “um rancho de taipa coberto de palha e não oferecia a menor segurança nem merecia tal título” (ROCHA, 2008, p. 169). A Casa que segundo o Imperador tinha “telha”, mas, com “sala sofrível”, somente será terminada, como se verá mais a frente, em 1876 já como Casa de Câmara e Cadeia de Santa Cruz.

Treze anos mais tarde, em sua viagem de pesquisas da fauna e flora do planalto capixaba, a Princesa Teresa da Baviera, volta à Vitória pelo litoral, passando por Santa Cruz, após explorar a região do vale do rio Doce.

Desce a costa embarcada em um navio rebocador à vapor, saído do porto de Regência, em Linhares (BAVIERA, 2013, p. 128). No dia seguinte ao embarque, chega ao anoitecer no porto de Santa Cruz, parada antes de chegar à Vitória. Ali, vislumbra a pequena vila e sua geografia:

Ao anoitecer, nos aproximamos de Santa Cruz, vila formada por uma aldeia missionária, cujos habitantes possivelmente ainda hoje são na maioria indígenas. Essa pequena mancha situada perto da costa consiste de apenas poucas casas caiadas rodeadas de muros. Logo atrás das casas, há uma pequena elevação coberta de mata, por onde o rio Santa Cruz serpenteia saindo de um desfiladeiro. Bem ao fundo, sobressaem montanhas das margens do rio (BAVIERA, 2013, p. 129).

Em seu relato, a princesa fala do rio, de seus braços e de sua pequena extensão, de um rio de “pouca importância” (BAVIERA, 2013, p. 129-130). De certo, a Princesa estava correta quanto a importância do rio, se compararmos a sua recente experiência com a visita ao rio Doce, extenso corpo d’água que percorre dois estados, adentrando o interior de Minas Gerais e com sua foz no Espírito Santo. O Piraquê, ao contrário, é de pouca extensão, pouco navegável, pois somente permite a entrada de barcos de pequena profundidade, como bem reparou a Princesa ao atracar no porto de Santa Cruz: “Aqui existe um atracadouro bem protegido, com 9 a 10 metros de profundidade, no entanto ainda se percebe bem claramente o fluxo das marés” (BAVIERA, 2013, p. 129).

A estadia da Princesa Teresa da Baviera, em Santa Cruz, foi prolongada pelo feriado de 7 setembro, quando ninguém trabalhou e o seu pequeno vapor ainda seria embarcado com sacas de café (BAVIERA, 2013, p. 130). Aproveitou a estada forçada para explorar a região. Logo recolheu uma série de moluscos, conchas, mexilhões e plantas das margens do rio, presentes, segundo relato da mesma, em várias partes do mundo, que aumentaram sua coleção zoológica e botânica recolhida em sua exploração capixaba (BAVIERA, 2013, p. 131).

Aproveita também para visitar a vila no mesmo dia e percorrer a região a cavalo. Primeiro, vai a uma missa na Igreja de Nossa Senhora da Penha, a mesma visitada por Dom Pedro II, anos antes, quando se limitava ainda ao seu frontispício. Mas a impressão da Princesa sobre o prédio religioso era de uma realidade bruta: “Encontramos literalmente uma igreja de emergência, pois a casa de Deus consistia unicamente de uma sala miserável com um altar pobre e feio” (BAVIERA, 2013, p. 132). A Igreja de Nossa Senhora da Penha, obra iniciada, como visto, nos finais da década de 1850, conformava a sua frente um largo que se abre até hoje ao rio, e sua imponente fachada, dava uma falsa impressão de monumentalidade do conjunto, como já atestado por D. Pedro II: “Navegantes que passavam pela baía de Santa Cruz também tinham a impressão de estar vendo uma grande igreja e uma vila cheia de riquezas e fazendeiros poderosos, o que não era verdade” (MORRO DO MORENO, 2020, p. ?).

Sua cavalgada a leva à costa sul e ao interior de Santa Cruz, chegando, ao que parece ser, na região do rio Laranjeiras ou do rio Gramutê (tributário do Laranjeiras), distantes mais de 3 Km de Santa Cruz, que desaguam próximos à atual divisa com o Município de Fundão, na Praia Formosa. A Princesa se maravilha com a mata local, com os espécimes da flora encontradas ali e pelos encantos da natureza, ainda naquele momento, inexplorada:

[...] cavalgamos por um trecho coberto de matagal, muito atraente, que em sua origem era totalmente livre de presença humana. Eram plantas semelhantes a loureiros e salgueiros que cobriam o solo pouco fértil. Finalmente, bem perto da costa, passamos ao lado de um trecho de mata [...] Inesperadamente encontramos ali uma floresta tropical dos sonhos, com particularidades deveras inesperadas. Um rio que passa ali de alargava em vários trechos, formando pequenas poças de água que se acomodavam em leitos de um verde profundo de cor esmeralda, em meio à abundância da vegetação circundante (BAVIERA, 2013, p. 134).

Após a cavalgada, volta à vila e participa das festividades do feriado de 7 de setembro à noite, sob músicas e fogueira acessa e os contrastes da vida simples desse pequeno lugarejo:

Num lugar onde existem áreas de cobertas de capim e faixas de grama, e cujas casas e choupanas são cobertas de capim de palmeiras, com janelas de madeira em vez de vidraças, essa festividade era estranha pelo seu costume (BAVIERA, 2013, p. 135).

No dia seguinte, zarpa em seu navio para Vitória sem antes receber o carinho dos moradores locais e uma série de espécimes de conchas de presente, que gerou uma lista catalográfica da Princesa com os nomes científicos de cada concha e a identificação de suas características (BAVIERA, 2013, p.136-137).

A imagem de uma vida simples com casarios de poucos requintes em Santa Cruz, perdura até as primeiras décadas do séc. XX (**Figura 5 e Figura 6**), quando a antiga Vila, já município de Santa Cruz desde 1891, recebe melhorias urbanas de infraestrutura que condizem mais com seu atual *status*.

Figura 5 e Figura 6: A já cidade de Santa Cruz, em 1908. Foto de Eustyquio D' Oliver.



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2015

4 – UMA NOVA ORIGEM PARA SANTA CRUZ: A IMIGRAÇÃO ITALIANA NO ESPÍRITO SANTO

Entre 1871 e 1873, apoiados pelo governo da província do Espírito Santo e aproveitando-se de auxílios do governo imperial (GROSSELLI, 2009, p. 180-181), empreendedores que incluíam proprietários de terras do Espírito Santo, foram incentivados a trazer levas de imigrantes estrangeiros do norte da Europa e da região de Trento, na Itália, para trabalharem principalmente nas fazendas de café e, ao mesmo tempo, servirem de contingente civilizatório para ocuparem a grande extensão de terras ainda desocupadas do interior do Estado.

O italiano da região de Trento, Pietro Casagrande, se encarregara de trazer ao Brasil a primeira leva de imigrantes italianos também provenientes de Trento, em 1874, em contrato firmado com o também italiano, mas já radicado no Brasil anos antes, Pietro Tabacchi. Conterrâneo de Pietro Casagrande, Pietro Tabacchi foi responsável pela primeira expedição de imigrantes italianos para o Brasil. Para Grosselli, Tabacchi teria fugido ou talvez se afastado da Itália por conta de questões econômicas, provavelmente, devido a uma falência, como apontam documentos históricos da vida desse trentino no Espírito Santo (GROSSELI, 2009, p. 202). No entanto, Daemon aponta que o motivo da sua vinda para o Brasil foi outro: “Homem inteligente e ilustrado, tendo mesmo o curso de Medicina, que não concluiu em seu país por ter-se envolvido em uma revolução, para aqui viera e se estabeleceu montando uma fazenda, mas sempre dedicado ao estudo” (DAEMON, 2010, p. 473).

Tabacchi estabelece-se no Espírito Santo desde meados de 1850, em sua fazenda, a Monte Delle Palme, na região de Santa Cruz, situada às margens do rio Taquaraçu, tributário do Piraquê (ver **Figura 8**). Na vila, abre um pequeno negócio que, segundo Biard, não passava de uma “pequena casa cheia de mercadorias” (GROSSELI, 1991, p. ?). Sua fama de negociador de madeiras – o “abatedor de Jacarandás”, segundo Biard

(GROSSELI, 1991, p. ?), que chegou aos ouvidos do Imperador, em sua visita à Santa Cruz, dava conta de seu tino comercial, como explica Grosseli. Tabacchi viu, segundo o autor, uma ótima chance de negócios na imigração italiana, usando da possibilidade do direito à extração de mais jacarandás como moeda de troca (APEES, 2020, p. ?). Sua origem da região de Trento na Itália (mas, ainda pertencente ao território da Áustria, nessa época) e a situação econômica precária dessa e de outras regiões do antigo território italiano, deram-lhe a oportunidade e a primazia histórica nesse empreendimento – o “negócio do século” segundo Grosseli (2009, p. 82) - que mudou a feição da ocupação populacional e do desenvolvimento econômico e urbano no Espírito Santo, a partir de meados do séc. XIX.

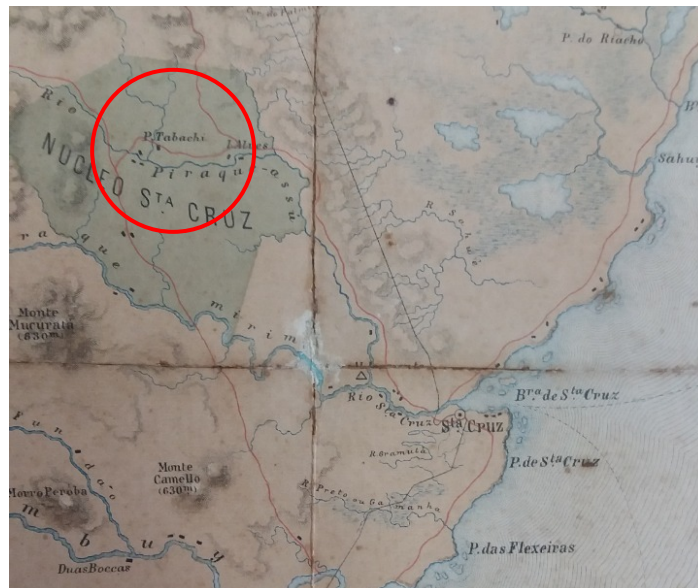
Por anos, Tabacchi seguiu em sua tentativa de trazer mão de obra estrangeira para o território capixaba, e foi em 1871, através de solicitação do Presidente da Província aos fazendeiros locais e a partir de iniciativa do Governo Imperial, que esse fazendeiro radicado em terras de Santa Cruz, vislumbrou uma possibilidade factível de realizar seu empreendimento. No mesmo ano, fecha contrato com o Governo e se compromete a “importar e estabelecer nas terras de sua fazenda, situada no Município de Santa Cruz, na Província do Espírito Santo, 30 famílias de imigrantes alemães ou do norte da Europa, ou 150 pessoas treinadas nos trabalhos de agricultura, com saúde perfeita e nunca maiores de 45 anos” (GROSSELI, 1991, p. ?). O fechamento do contrato se estendeu até o ano seguinte, e somente em 1873, depois de dificuldades inesperadas, segundo Grosseli (1991, p. ?), Tabacchi conseguiu organizar essa primeira imigração italiana ao Espírito Santo e, historicamente, a primeira do Brasil.

Batizada de Tabacchi, em homenagem ao seu idealizador, a expedição foi autorizada por meio de Decreto Imperial no ano de 1873. Um ano após a autorização, 388 camponeses trentinos e vênnetos partiram do porto de Gênova no navio à vela francês *La Sofia*, e desembarcaram na capital Vitória, em fevereiro de 1874. A “expedição” era composta por “388 camponeses, o capelão Dom Domenico Martinelli, de Centa, o médico Pio Limana, de Borgo Valsungana, Pietro Casagrande e sua esposa” (GROSSELI, 2009, p. 210).

Mas, a primeira colônia de imigrantes italianos, conhecida como “Colônia Nova Trento” (GROSSELI, 2009, p. 184), iniciada por Pietro Tabacchi em sua fazenda, não durou mais do que alguns meses, após a chegada das famílias ao Espírito Santo (ver **Figura 7**). Descontentamentos com os alojamentos provisórios e as condições do contrato assinado, frente à realidade que se apresentava à essas famílias, criaram uma série de confusões ao longo do ano de 1874:

Não era o trabalho o que assustava, mas não estavam preparados para aquelas condições de vida. Deparavam-se com a floresta, e os campos que nela se inseriam, assim como o barracão em que foram instalados. Não havia aldeias próximas, comércio, nada. E, de fato, alguns tentaram retornar à Europa. É provável que no início muitos quisessem fazê-lo. Especialmente quando, pouco dias após a sua chegada, uma epidemia trouxe a morte para junto deles (GROSSELI, 2009, p. 221)

Figura 7: Fragmento do mapa das colônias do Espírito Santo, de 1878, que mostra a Colônia de Santa Cruz às margens do Piraquê-Açu e Mirim, com destaque para a fazenda de Pedro Tabacchi.



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

Os imigrantes acusaram Tabacchi de não cumprimento das cláusulas do contrato: Primeiramente, quanto a terra, que não fora preparada para chegada dos italianos, bem como os alojamentos, que segundo relatos, apresentavam um estado precário e não condiziam com o prometido. Outro ponto crítico foi a distância das terras em relação ao alojamento. O contrato ainda previa alimentação e moradia durante seis meses após a primeira colheita. Os colonos sentindo-se enganados com falsas promessas, revoltaram-se, e muitos acabaram por seguir para colônias oficiais que possuíam infraestrutura e melhores condições de trabalho (COUTINHO, 2006, p. 235-236). Alguns seguiram para Santa Leopoldina, outros para onde hoje é Rio Novo do Sul, e uma parcela destes fundaram Santa Teresa, reconhecida no ano de 2018 pelo governo federal, por meio da Lei nº 13.617, como município pioneiro da imigração italiana no Brasil.

Segundo Coutinho (2006, p. 233), o empreendimento “Nova Trento” fracassou antes mesmo de nascer. Após quatro meses da chegada dos imigrantes, Pietro Tabacchi morre, tendo sua saúde agravada em decorrência do fracasso do seu projeto. Daemon assim descreve, em forma de epitáfio, o falecimento de Tabacchi:

[...] falece na vila de Santa Cruz o súdito italiano Pietro Tabachi, já em idade de mais de cinquenta anos, tendo residido por muitos anos nesta província, para onde veio ainda muito moço. Homem inteligente e ilustrado, tendo mesmo o curso de Medicina, que não concluiu em seu país por ter-se envolvido em uma revolução, para aqui viera e se estabelecera montando uma fazenda, mas sempre dedicado ao estudo. Um ano antes de sua morte sacrificara parte dos bens que possuía e partiu para a Europa, a fim de realizar a vinda de colonos tirolezes para montar um núcleo colonial, o que com muitos sacrifícios obteve, mas os colonos, apesar do muito que ele fizera, não conservaram-se satisfeitos, pois, aconselhados e induzidos por outrem, revoltaram-se causando isso grande desgosto a Tabachi, agravando a afecção de coração que sofria e arrastando-o à sepultura em poucos dias. Tabachi era homem muitíssimo instruído, de vistas largas e empreendedor, e julgamos imparcialmente que a província perdeu nele um homem de mérito real (DAEMON, 2010, p. 473).

Após a morte de Tabacchi, a Fazenda das Palmas foi vendida, chegando mais tarde às mãos de Aristides Armínio Guaraná, mais conhecido como General Guaraná, um veterano da Guerra do Paraguai. Este veio para o Espírito Santo em 1877, após ter sido nomeado como Diretor do Núcleo Colonial Santa Cruz, região que deu origem a cidade de Ibiraçu (COUTINHO, 2006, p. 618).

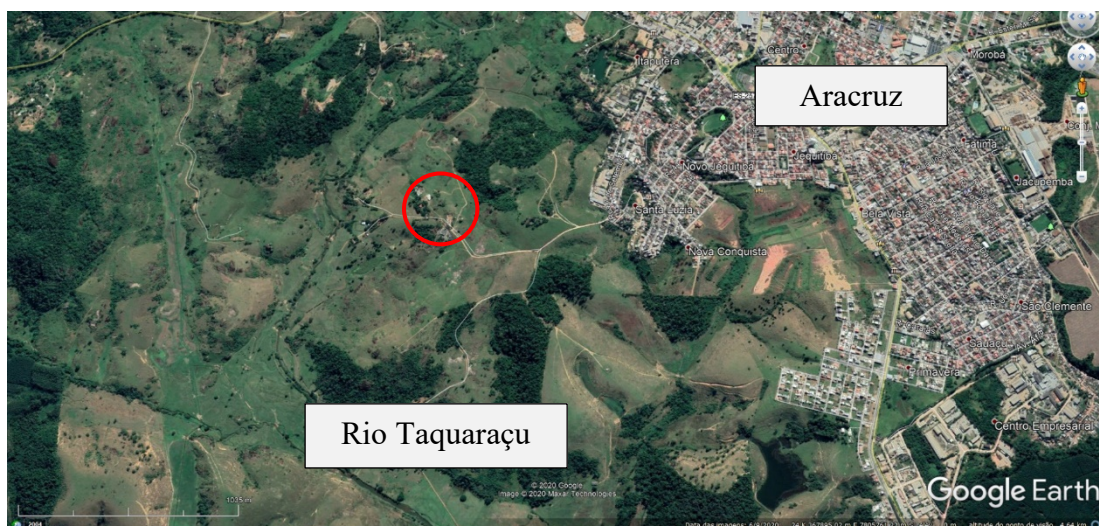
Na região, trabalhou para a implantação de novas povoações, ajudando imigrantes italianos a se estabelecerem, sendo a maior parte oriundos de expedições posteriores à de Pietro Tabacchi. Ao

desembarcarem, os imigrantes realizam o mesmo itinerário do grupo trazido por Tabacchi, terminando viagem na Fazenda das Palmas. Alguns anos depois, General Guaraná renuncia ao seu cargo de diretor, e passa a se dedicar à construção do Engenho Central Guaraná, uma indústria açucareira que tinha como objetivo fabricação de açúcar suficiente para negociar com o mercado externo. Tal empreendimento industrial empregou mão de obra italiana, contratados pelo General que ofereceu melhores condições de vida e trabalho. Infelizmente a indústria foi a falência, mas no que diz respeito a história, foi um dos mais importantes acontecimentos da época, juntamente com a primeira expedição de Pietro Tabacchi (CRUZ, 1997, p. 200-201).

Ainda entre o final do século XIX e o início do século XX, o Estado do Espírito Santo recebeu muitos imigrantes e migrantes, estes últimos oriundos de estados vizinhos como o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Todo o processo migratório contribuiu imensamente para com a formação do povo Aracruzense, a partir do começo do novo século.

A atual sede do Município de Aracruz, conhecida inicialmente como Sauaçu, hoje, somente Aracruz, se desenvolveu a pouca distância de onde se encontra a antiga fazenda de Pietro Tabacchi (**Figura 8**). A fazenda, sede do primeiro núcleo de imigração italiana no Espírito Santo, localiza-se às margens do rio Taquaraçu, que desagua no Piraquê-açu, e faz parte da comunidade de Palmas, dentro do Distrito de Aracruz.

Figura 8: Implantação da Fazenda Monte Delle Palme de Tabacchi (em destaque) e sua relação com a sede de Aracruz.



Fonte: GOOGLE EARTH, 2020. Editado pelos autores.

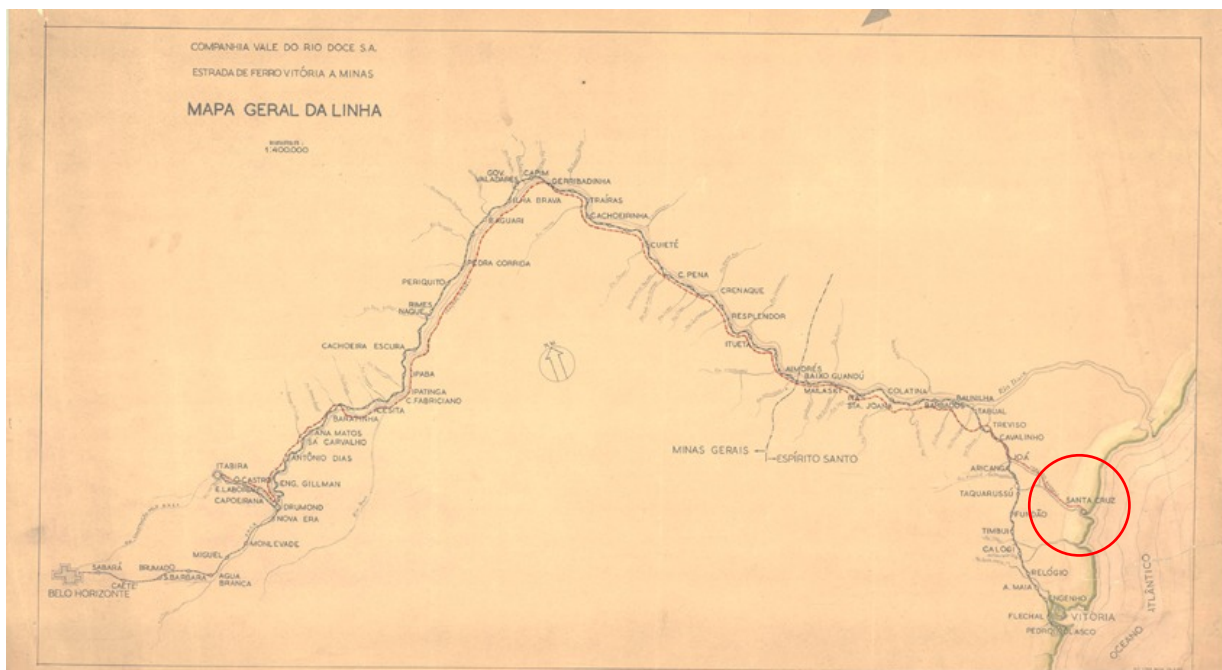
Estando, aproximadamente, três quilômetros de distância do centro da sede de Aracruz, a Fazenda Monte Delle Palme de Tabacchi estaria, hoje, muito mais próxima da atual sede de Aracruz do que quando foi Santa Cruz o núcleo urbano mais importante da região. As distâncias percorridas da fazenda até Santa Cruz, por terra e pelos rios, sempre foram grandes e demoradas. Em linha reta da fazenda à Santa Cruz, essa distância mede quase vinte quilômetros, que a época de Tabacchi, a cavalo ou de barco (o meio de deslocamento mais provável) do Taquaraçu ao Piraquê-açu, em Santa Cruz, despendia uma boa parte do dia de deslocamento. Não se pode afirmar, porém, mas a presença da fazenda nessa região, mesmo passando para as mãos do General Guaraná após a morte de Tabacchi, serviu de meio indutor para a ocupação da região de Sauaçu, região à Noroeste de Santa Cruz. A colonização italiana iniciada por Tabacchi e continuada por Guaraná, tinha agora, uma vasta área a ser desbravada no interior da então Santa Cruz e que, no século seguinte, daria lugar ao atual município de Aracruz, como se verá no capítulo seguinte.

5 - DE VILA PARA CIDADE E A TRANSFORMAÇÃO DE SANTA CRUZ EM ARACRUZ

A expansão da ocupação do interior do Estado do Espírito Santo, de norte a sul entre meados do séc. XIX e começo do séc. XX, tem dois motores principais: a imigração europeia e as estradas de ferro, ligando o Estado à Capital Rio de Janeiro e às antigas Minas Gerais, essa última, principalmente pelo café e logo depois, pelo minério de ferro. Os imigrantes se espalharam pelo planalto capixaba, tendo uma de suas origens, como visto, Santa Cruz, em Aracruz, pelo pioneirismo (desorganizado, em grande medida) de Pietro Tabacchi. Além disso, Santa Cruz em um certo momento da história da expansão norte da rede ferroviária do Espírito Santo, pela atual Estrada de Ferro Vitória Minas (E.F.V.M.), quase toma a proeminência da Capital Vitória na exportação do minério de Ferro de Minas Gerais.

A medida que antiga ferrovia entre Vitória, no Espírito Santo, e Itabira, em Minas Gerais, riscava esse território seguindo à norte o curso contrário do Rio Doce entre os dois estados, novos estudos estavam sendo feitos para maximizar o escoamento da produção de minério de ferro e evitar, o quanto possível, relevos acidentados dessa região. O engenheiro inglês Gustave Guillman, contratado pela Itabira Iron por volta de 1913, propôs um novo traçado da rede ferroviária que incluía um ramal interligando a estrada com Santa Cruz (**Figura 9**), onde seria, nos planos iniciais, construído um porto de escoamento do minério de ferro (D’ALESSIO; GONÇALVES, 2010, p. 51).

Figura 9 - Estrada de ferro Vitória – Minas. Em destaque, o ramal da estrada projetada que chegaria em Santa Cruz, mas não executado.



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 2020.

Uma decisão, em certa medida, lógica: a saída natural para um porto desse seria pelo rio Doce, continuando o traçado pelo rio até sua foz em Regência, em Linhares, se não fosse a própria situação do encontro do rio com o mar, um dificultador histórico, pois, a foz do rio Doce sempre foi de águas agitadas e perigosas, já fazendo parte da história de Linhares e as dificuldades do desenvolvimento da região. Então, o lugar urbano mais próximo e que mantinha ainda um relevo adequado e de poucas intervenções para a passagem dos trilhos seria em Santa Cruz, pela foz do rio Piraquê, de águas calmas e propícias a instalação de um cais, como imaginava o engenheiro inglês.

Mas, fatores adversos à proposta de Guillman não lograram êxito ao empreendimento, segundo D’Alessio e Gonçalves: primeiro, a desconfiança dos empreendedores estrangeiros quanto ao investimento nesse projeto, “[...] uma vez que o governo brasileiro retirou as garantias de juros que dava aos projetos, afugentando os investidores do negócio de alto risco” (D’ALESSIO; GONÇALVES, 2010, p. 51); segundo, a Itabira Iron passava nesse momento por problemas financeiros que iriam se acirrar nos anos seguintes

(D’ALESSIO; GONÇALVES, 2010, p. 51); terceiro, ainda nessa época, os conflitos armados que deram origem a Primeira Grande Guerra na Europa travaram todos os investimentos a serem firmados e, por último, havia ainda uma questão política: não seria nem um pouco conveniente retirar da Capital Vitória um porto desse mote e importância, considerando os investimentos que seriam feitos e o desenvolvimento consequente. Logicamente o projeto foi abortado, mesmo que, ainda em 1919, logo após o fim do conflito na Europa, um novo estudo agora projetado pelo Engenheiro americano Thomas Russel, mantivesse o traçado para Santa Cruz (D’ALESSIO; GONÇALVES, 2010, p. 58). Mas no final, prevaleceu-se a continuidade da linha até Vitória, e Santa Cruz ainda se manteve intacta.

No início da década de 1940, o Município de Aracruz gozava de uma configuração política, econômica e cultural marcada por duas linhas principais de vilarejos, povoados e vilas. A primeira, constituída por uma população de origem luso-brasileira, estabelecida predominantemente no litoral, enquanto a segunda, cuja população era formada por ítalo-brasileiros, foram ao longo dos anos fundando povoados localizados mais no interior da região ou se mesclando à população luso-brasileira em locais já estabelecidos anteriormente (COUTINHO, 2006, p.329).

Um exemplar da criação ítalo-brasileira, foi o povoado de Sauaçu. A história do surgimento do povoado de Sauaçu possui alguns hiatos, o que dificulta confirmar algumas datas específicas, sendo assim, os estudos nos quais este trabalho utilizou para embasamento, trazem muitos depoimentos de antigos moradores, o que ajudou a criar uma cronologia histórica.

Bittencourt Melo Jr. (2014, p. 102) apontou 1860 como possível início do povoamento, já Cruz e Coutinho apresentam duas outras versões dos fatos, sendo para Cruz, o ano de 1910 como ano provável do surgimento, baseando seus estudos em depoimentos do General Aristides Guaraná, que ao viajar de uma propriedade a outra, passava pela localidade e que teria sido ele a batizar o local de Sauaçu, que em tupi significa “Macaco Grande” (CRUZ, 1997, p. 200). E os primeiros moradores, ainda de acordo com Cruz (1997, p. 200), teriam vindo de Córrego Fundo e Pau Gigante, atual Ibirapu.

Contestando a cronologia de Cruz, o professor Coutinho escreve que desde a chegada dos imigrantes, entre 1874 e 1875, eles já exploravam a região: “os italianos embrenharam-se nas matas [...] derrubando e serrando madeira para suas casas e móveis e vendendo toras para Vitória, além de queimar as matas e preparar o solo para plantar café, milho, arroz e feijão e pastagens para criar gado” (COUTINHO, 2006, p. 384).

Seguindo seus estudos, Coutinho alega que o surgimento do povoado está totalmente ligado à expansão das fronteiras agrícolas e pecuárias da região, e que devido à abundância de terras férteis, atraiu pioneiros desbravadores que se tornaram grileiros, ou seja, homens que se apoderavam de terras até então pertencentes ao Estado, e depois requeriam estas como terras devolutas, pagando uma taxa e assim obtinham declaração de posse (COUTINHO, 2006, p. 386-387).

Segundo depoimentos, Sauaçu no ano de 1942 possuía aproximadamente 10 casas, mas com a prosperidade da região, no final da década de 1940 e início da década de 1950, houve uma grande migração dos moradores das regiões vizinhas para o povoado (**Figura 10**), estes se estabelecendo em terrenos doados pelos grandes proprietários de terras, os desbravadores, ou comprado destes (COUTINHO, 2006, p. 412-415).

Figura 10: Vista panorâmica da cidade de Aracruz, década de 1950.



Fonte: IBGE, 2020.

No ano de 1948, mediante Resolução nº 1 da Câmara Municipal, Santa Cruz deixou de ser sede do município, tendo Sauaçu assumido a função de sede. Segundo Cruz, a transferência ocorreu “[...] visando à centralização dos poderes públicos municipais e a integração de povoações mais distantes, como Guaraná e Jacupemba, que se ligavam mais com a Sede de Linhares do que com a de Aracruz” (CRUZ, 1997, p. 83). O autor complementa afirmando que o Rio Piraque era um obstáculo em meio a trajetória das regiões mais ao norte da Sede, visto que a sua foz possuía aproximadamente um quilômetro de largura (CRUZ, 1997, p. 83). Para vencer a distância existente entre as regiões limítrofes e a Vila de Santa Cruz, balsas eram usadas para navegar no Rio Piraquê (**Figura 11**), e este meio de transporte pendurou até 1988, quando a ponte José Ferreira Lamego foi inaugurada² (**Figura 12**).

Figura 11: Balsa de Santa Cruz, 1981



Fonte: FACEBOOK – GRUPO MEMÓRIAS
CAPIXABAS, 2020.

Figura 12: Construção da ponte, 1984.



Fonte: FOLHA DO LITORAL, 2020.

² . Comumente conhecida como ponte do rio Piraquê está foi batizada de ponte José Ferreira Lamego em homenagem ao ex-vereador e ex-prefeito de Aracruz, morador do balneário. Anos mais tarde, o serviço de balsas foi privatizado (FOLHA DO LITORAL, 2020, p.?). Além de resolver os problemas de congestionamento decorrente da lenta travessia da balsa, a ponte com 256 metros de extensão, possui ainda uma ciclovia e uma passagem para pedestres (CRUZ, 1997, p. 99-100), sendo um marco importante no desenvolvimento da região ao diminuir as distâncias entre Aracruz e as cidades vizinhas e próximas, como a capital Vitória.

Luiz Theodoro Musso, prefeito da época, consegue oficializar a transferência da sede de Santa Cruz para Sauaçu somente em 1950. Há relatos de que o prefeito enfrentou dificuldades acerca desta mudança, principalmente por parte dos moradores de Santa Cruz, que resistiam em aceitar, pois “[...] o lugar perdeu seu último e único incentivo de progresso e novamente estacionou [...]” (CRUZ, 1997, p. 84). O autor ainda fala sobre boatos da época, que afirmavam que a mudança se sucedeu de forma violenta, e que fora necessário a polícia intervir, mas como são apenas suposições nada pode ser tido de forma concreta. Sendo assim, a polícia até onde se sabe, foi apenas uma medida preventiva, pois temia-se uma reação por parte dos moradores de Santa Cruz, mas oficialmente, nada aconteceu e a polícia teve apenas uma função ostensiva (CRUZ, 1997, p. 84).

Coutinho (2006, p. 624) descreve a transferência como um “[...] golpe de estado[...]”, pois, segundo o autor, “Houve corrupção de vereadores e outras pessoas, trocas de favores, negociações, manipulações, enganações, má-fé e roubo de documentação” (COUTINHO, 2006, p. 441). Coutinho ainda explica que o fato de a mudança ter demorado dois anos para acontecer ocorreu porque a Assembleia Legislativa não admitiu que a decisão não tenha acontecido de forma democrática através de um plebiscito, mas sim, se deu de forma quase secreta por parte dos representantes do povo. Coutinho transcreve um telegrama presente na ata de reunião da Câmara Municipal, onde os moradores de Santa Cruz contestam ao projeto de transferência da Sede, dizendo que:

Chegando nosso conhecimento medida ingrata dessa colenda Câmara sobre mudança para outro local sem interesse administração municipal Sede município Aracruz tradicional veneranda Cidade, merecedora zelo consideração seus edilhos filhos demais habitantes nela acolhidas lançamos nosso respeitoso protesto ansiando embora de longe certos seu novo prestígio virtude predileção dotou natureza mão divina esperando também amparo interesse prestígio seu povo principalmente seus administradores eleitos procurando nos igualar interessar-nos por ela dentro possibilidade querendo a próxima e nobre cidade. Cordiais Saudações (COUTINHO, 2006, p. 441).

Coutinho (2006, p. 441) ainda descreve o processo como tendo se desenrolado de forma rápida, em virtude do crescente progresso apresentado por Sauaçu na década de 1940. Santa Cruz ficava longe das vilas e povoados, situados mais ao norte, tendo como exemplo o povoado de Sauaçu, que estava a uma distância de quase um dia de duração de Santa Cruz, e os moradores viajavam a cavalo por estradas perigosas e que, na realidade, muitas vezes não passavam de trechos por entre a floresta. A decisão da transferência favoreceu as regiões distantes, que antes precisavam percorrer grandes distâncias até Santa Cruz (COUTINHO, 2006, p. 432-433).

Quanto a violência descrita por Cruz anteriormente, Coutinho traz em seu livro um pequeno depoimento de Landérico Ferreira Lamêgo, um dos moradores de Santa Cruz que era contrário à decisão afirmando que “o povo estava disposto a impedir o roubo dos documentos e só não houve violência porque tal aconteceu quando todos dormiam em Santa Cruz” (COUTINHO, 2006, p. 452).

O episódio da transferência, segundo Coutinho (2006, p. 455), foi liquidado somente alguns anos mais tarde, precisamente em 29 de dezembro de 1953, com a Lei Estadual 779, que estabeleceu uma nova divisão político-administrativa que elevou Sauaçu à categoria de distrito, e confirmou esta ainda como cidade de Aracruz, tendo sua denominação alterada, em definitivo, permanecendo até os dias atuais. O autor ainda relata que uma Comissão Parlamentar da Assembleia Legislativa esteve na região com propósito de decidir se a Sede ficaria melhor em Sauaçu ou Guaraná, e estes decidiram por Sauaçu, por estar localizado em uma região mais plana e central do município (COUTINHO, 2006, p. 455).

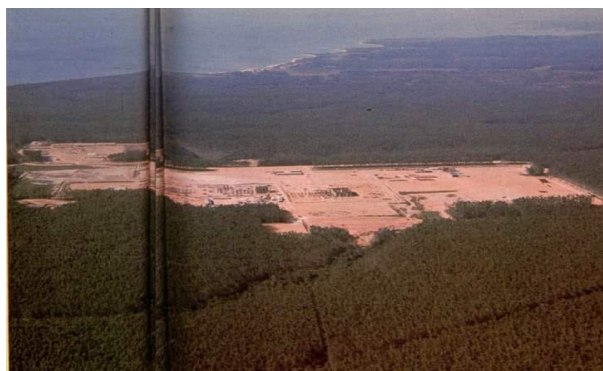
O crescente progresso apresentado por Sauaçu não se correlaciona totalmente com a presença de terras férteis, mas paralelamente se deve a Companhia Ferro e Aço de Vitória (COFAVI), que em 1944 impulsionou o desenvolvimento da região ao movimentar a economia local, e consequentemente favoreceu o crescimento do número de moradores, o que novamente impeliu a expansão das fronteiras agrícolas, pecuárias e madeireira (COUTINHO, 2006, p. 417-418). A COFAVI desmatou grande parte da Mata Atlântica antes existente na localidade para fazer carvão. Coutinho descreve tal situação da seguinte forma: “a morte de uma permitiu o nascimento e crescimento da outra” (COUTINHO, 2006, p. 417-418). Pouco

tempo depois da implantação da COFAVI, o até então povoado de Sauaçu tornou-se o povoado mais dinâmico dentre todos do município, superando Santa Cruz.

A estruturação da ferrovia Vitória – Minas, hoje Estrada de Ferro Vitória X Minas (EFVM), a partir da primeira década do séc. XX e da Rodovia Rio-Bahia, atual BR-101, na década de 1940, também serviram de estímulos para o progresso do povoado, visto que estes meios de transporte eram formas mais eficazes de escoamento da produção, enfraquecendo as atividades do porto fluvial de Santa Cruz, e por fim, foram pontos fortes explorados na decisão de mudança da Sede (COUTINHO, 2006, p. 433).

Nos anos que sucederam a transferência, Aracruz assistiu a uma explosão de crescimento da sua economia, e nas palavras de Coutinho, esta “[...] evoluiu rapidamente, de uma economia dependente e menor, para um enclave que supera sua pequena economia” (COUTINHO, 2006, p. 526). E ainda acrescenta que “[...] podemos dizer que 1950 foi um marco na história do município de Aracruz. Ao final da década, a população viu a consolidação das forças econômicas emergentes que moldaram a história municipal por duas décadas” (COUTINHO, 2006, p. 585). O autor refere-se ao salto do desenvolvimento econômico fomentado com a implantação da empresa Aracruz Florestal S/A em 1967, onde iniciou-se a compra de terras e plantação dos eucaliptos no município. Segundo o autor: “com seu apetite voraz por terras, levava a empresa a comprar qualquer propriedade preferencialmente plana para plantar eucaliptos” (COUTINHO, 2006, p. 530). Posteriormente, com a instalação do porto e da fábrica da Aracruz Celulose S/A (**Figura 13 e Figura 14**), que iniciou sua produção industrial em 1978, a empresa tornou-se o grande impulsionador da economia local. Os grandes investimentos industriais impreterivelmente culminaram em mudanças significativas no que diz respeito aos índices ambientais, sociais e econômicos de Aracruz, alterando significativamente o cenário de décadas anteriores. E, portanto, toda evolução do município, a partir da instalação dessas empresas de grande porte, principalmente, a Aracruz Celulose S/A, requer um estudo aprofundado para fins de conclusões, em pesquisas futuras.

Figura 13 e Figura 14: Construção da Aracruz Celulose, década de 1970.



Fonte: FACEBOOK – GRUPO FOTOS E VÍDEOS ANTIGOS DE ARACRUZ, 2020.

6 - AS ARQUITETURAS HISTÓRICAS DA ANTIGA VILA: A IGREJA, A CASA DE CÂMARA E CADEIA, A CASA DO CAPITÃO E A FAZENDA.

As arquiteturas são representações e extensões da história de uma sociedade, e ao longo de sua formação, esta sociedade deixa vestígios, em grande parte gravadas em suas arquiteturas. E é por meio delas, que podemos identificar os diferentes movimentos artísticos e culturas, bem como a evolução das cidades.

A Igreja Católica de Santa Cruz, consagrada a Nossa Senhora da Penha, é um marco histórico da arquitetura do período da colonização (ver **Figura 15**). Foi a primeira construção de cunho religioso do município. As obras para construção desta tiveram início no ano 1836, no entanto, como já foi citado no capítulo anterior, a igreja não passava de uma palhoça, feita de estuque, com paredes de taipa, esteios de madeira e coberta com palhas de palmeiras. Em 1857, o frontispício de alvenaria começa a ser construído, sendo este aos olhos dos viajantes que navegavam pela baía, uma fachada imponente.

A Igreja Católica de Santa Cruz foi tombada pelo Conselho Estadual de Cultura e pela Prefeitura Municipal de Aracruz em 29 de dezembro de 1986, pelo processo 23/85. Ao longo dos anos a igreja foi sendo modificada, tendo sido na década de 70 as reformas mais expressivas. A primeira, autorizada por Monsenhor Guilherme, e a segunda devido a protestos e manifestações por parte dos moradores, que não satisfeitos pelas alterações, conseguiram pôr fim restaurá-la novamente (SECULT, 2009, p. 57-59).

A fachada fora toda modificada, onde os antigos elementos em alto relevo foram removidos, dando lugar a uma fachada lisa e sem janelas. Mais tarde, a lateral direita foi reconstruída, o telhado, as portas e janelas foram substituídos, além do piso de cimento que deu lugar a um ladrilho decorado, mas este não foi o fim, houve outras modificações, no entanto, os elementos originais foram perdidos. Outra restauração ocorreu no ano de 2000, decidido por meio de audiência pública, que resultou na restauração do frontispício e da reforma da nave (**Figura 16**). O patrimônio, avaliado por especialistas, encontrava-se com problemas ocasionados por trepidação, apresentando assim rachaduras nas paredes (SECULT, 2009, p. 57-59).

Figura 15: Vista aérea da Igreja Católica de Santa Cruz, década de 1940.



Fonte: FACEBOOK – GRUPO FOTOS E VÍDEOS ANTIGOS DE ARACRUZ, 2020.

Figura 16: A igreja em sua configuração atual.



Fonte: ACERVO PESSOAL, 2020.

Outro patrimônio histórico de Santa Cruz é a Casa de Câmara e Cadeia (**Figura 17 e Figura 18**). Durante anos, pensou-se que a arquitetura fora erguida para abrigar Dom Pedro II em sua passagem pela província do Espírito Santo (COUTINHO, 2006, p. 197-202). Porém, a construção da edificação foi finalizada após visita do imperador, mais precisamente no ano de 1876. Acredita-se que Dom Pedro II esteve em um outro prédio na região, que até então funcionava como câmara e cadeia, fator que levou ao equívoco quanto a origem do prédio. Sendo este construído para substituir a antiga que existia na região. Este possui tipologia típica do período colonial, e durante anos, o espaço foi utilizado para os mais diversos usos: câmara e prefeitura municipal, cadeia, fórum, correio, posto telefônico e escola pré-primária. (SECULT, 2009, p. 54-55).

Figura 17: Casa de Câmara e Cadeia, 1957.



Fonte: FACEBOOK – GRUPO FOTOS E VÍDEOS ANTIGOS DE ARACRUZ, 2020.

Figura 18: Casa de Câmara e Cadeia, 2020.



Fonte: ACERVO PESSOAL, 2020.

A edificação passou por algumas alterações ao longo dos anos, como por exemplo, portas que foram abertas e seu o interior reestruturado na última reforma (**Figura 19** e **Figura 20**), no entanto, sua arquitetura é um dos poucos exemplares de construções que ainda mantém características da época. Atualmente, a edificação abriga o Museu Histórico de Santa Cruz, criado pela Lei Municipal nº 3.872 de 2014, para a preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Iconográfico e Etnológico do município de Aracruz, e foi tombado em 1985 pelo Conselho Estadual de Cultura.

Figura 19 e Figura 20: Objetos em exposição no Museu Histórico de Santa Cruz.



Fonte: ACERVO PESSOAL, 2020.

Outro exemplar arquitetônico cujas características remetem ao período colonial, na região de Santa Cruz, foi a residência do Capitão Bittencourt, como era comumente conhecido Antônio Machado Bittencourt Melo. Originário da província de Pernambuco, o capitão mudou-se para o Espírito Santo, no entanto, não se tem conhecimento do ano exato de sua mudança e nem do motivo que o levou para Santa Cruz. Sabemos, porém, que este já se encontrava em Santa Cruz desde 1854, uma vez que no livro de registros de matrimônios da Paróquia de Nossa Senhora da Penha, em Santa Cruz, este casou-se no mesmo ano com Isabel Delfina da Conceição da Costa, oriunda da freguesia de Nova Almeida e que fora morar na freguesia de Aldeia Velha com a família, em 1843, numa provável busca por um futuro promissor (BITTENCOURT MELO Jr., 2014, p. 18-23).

O capitão adquiriu dois terrenos numa área de marinha, sob regime de aforamento, ambos localizados na até então chamada “Rua da Praia” (BITTENCOURT MELO Jr., 2014, p. 21). Em um destes terrenos, em 1861 precisamente, foi construído o casarão que serviu de comércio e residência para a família Bittencourt. Não foram encontrados registros detalhados sobre a edificação.

A edificação, no entanto, não sobreviveu ao passar do tempo, e os últimos registros conforme retirados do livro “Estudos Históricos Sobre a Vila de Santa Cruz”, publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, datam de 2012. Em visita a região no dia 06 de janeiro do ano de 2020, ao localizar o terreno do antigo casarão, deparou-se apenas com ruínas, tendo Santa Cruz perdido de forma irreparável um marco arquitetônico da sua história (**Figura 21** e **Figura 22**).

Figura 21: Residência e comércio da família Bittencourt, 2012.



Fonte: BITTENCOURT MELO Jr, p. 281-282.

Figura 22: Terreno onde se localizava a residência do Capitão Bittencourt, em janeiro de 2020.



Fonte: ACERVO PESSOAL, 2020.

E por fim, a Fazenda Monte Delle Palme, conhecida como Fazenda das Palmas, que foi o berço da imigração italiana da Província do Espírito Santo, e posteriormente, matriz de sua industrialização. A fazenda foi lugar de grandes acontecimentos históricos, idealizados por dois grandes empreendedores pioneiros, Pietro Tabacchi e Aristides Armínio Guaraná. Na fazenda, período escravocrata e colonial se fundem. Monte Delle Palme foi cenário de trabalho escravo, sendo a principal referência dentro do município de Aracruz quanto a escravidão negra.

Segundo Coutinho (2006 p. 143), é difícil determinar a chegada e a origem dos negros no território do atual Município de Aracruz. Para ele, podem ter vindo de São Mateus e da Serra e, nesse caso, seriam Negros-Angolas ou Negros-Congos. Aponta ainda que o motivo da presença dos negros em Aracruz está ligado a algum engenho de açúcar ou à agricultura. O autor relata uma passagem do livro de bordo de Auguste de Saint-Hilaire, que ao passar por Aldeia Velha, em 1818, informa apenas a existência de negros trabalhando na fabricação de farinha, não descreve mais e nem enumera.

Em 1888 a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, abolindo a escravidão no Brasil. Não há muitos registros sobre a fazenda no período escravocrata. As notícias de uma possível abolição se espalhavam, e alguns donos de terras aderiram ao movimento antes mesmo de receberem quaisquer medidas legislativas. A historiadora Vilma Almada narra um acontecimento na Fazenda das Palmas onde os escravos reivindicavam melhores condições de trabalho, pouco tempo antes da Lei Áurea ser assinada:

Após sair em viagem a caminho da Corte, o Sr. Aristides Guaraná deixou a direção de sua Fazenda Palmas sob os cuidados de novo administrador; após sua saída retiraram-se todos os seus escravos pacificamente e sem armas. Era um protesto em busca da liberdade e melhor tratamento. Decorridos três dias, voltaram e declararam ao administrador José de Barros que estavam dispostos ao trabalho mesmo penoso; jamais suportariam, porém, a bárbara disciplina do tronco e do vergalho. Receberam ordem de fazer um roçado morro acima, íngreme e pedregoso. Finalizando o trabalho receberam ordem de prosseguir morro abaixo, um escravo reclamou que era impossível, o administrador mandou que outro escravo o castigasse com o vergalho. Todos se recusaram a fazê-lo. O administrador acompanhado de capangas, vendo-se desautorizado, ameaçou-os de morte quando formados dirigiam-se para o trabalho. Debandaram espavoridos. Foram porém perseguidos a tiros, ‘cacetadas’, ‘facadas’, conforme o relato do escravo Manoel que ferido a tiros fora ouvido na Delegacia de Polícia. Os sobreviventes foram metidos no tronco (ALMADA, 1984, p. 202).

A formação do nosso país, bem como da sociedade brasileira, é a própria história da Monte Delle Palme. Primeiramente, da colonização do homem branco sobre terras antes ocupadas pelos índios, seguido de trabalho escravocrata, aqui especificamente dos escravos negros, da transição do trabalho escravo para o livre e da substituição da mão de obra negra pela europeia. No entanto, as histórias dos povos negros e

européus, se tratando da história da fazenda, podem ser confundidas, já que apresentam características semelhantes.

A fazenda é uma referência histórica de Aracruz. Esta contribuiu de forma significativa para a formação e evolução do município, que atualmente possui em seu território uma população miscigenada, enriquecida com diferentes costumes e culturas. Como dito anteriormente, a localização da Fazenda Monte Delle Palme, às margens do rio Taquaraçu (acima do rio Piraquê-açu), já dentro do território pouco explorado do Espírito Santo até meados do séc. XIX, serviu como um indutor da ocupação da região. Pietro Tabacchi ao se instalar nessa região ainda tão inóspita, foi duplamente visionário: primeiro, vindo da Europa para se instalar em terras desconhecidas, com clima estranho ao seu e com toda a sorte de incertezas e perigos.

Distante do núcleo urbano mais próximo, Santa Cruz, Tabacchi praticamente inaugura a ocupação da região do planalto capixaba, com foco na exploração comercial pela agricultura e mão de obra estrangeira, sendo essa, sua segunda ação visionária, ao também inaugurar o processo de imigração de colonos estrangeiros para trabalharem e adquirirem terras em solo capixaba. Mesmo frustrada essa última, o processo iniciado por Tabacchi e sua fazenda, dão margem a um processo de expansão da ocupação urbana do interior do Espírito Santo, alcançado as regiões ao norte e ao sul da então Província do Espírito Santo, ao longo das últimas décadas do séc. XIX e começo do XX. Mesmo mudando de donos, sua antiga fazenda ainda é o registro físico dessa época (ver **Figura 23**).

Hoje, ela se encontra distante somente três quilômetros do centro da sede de Aracruz, fora do perímetro urbano e acessada por uma estrada vicinal. Seus donos atuais, da família Devens, originários de Aracruz, a preservaram com algumas modificações e acréscimos externos, ao longo dos anos. A sede da fazenda ainda se destaca pela sua arquitetura singela (**Figura 24**), de implantação em L, com a casa grande de um fazendeiro agricultor que também se utilizava de mão de obra escrava negra, como deixa clara a presença da pequena edificação da senzala (**Figura 25**), mais afastada da casa principal. Esta última, por sua vez, se constitui de um volume central mais alto, com dois pavimentos, pareado por dois corpos mais baixos, além do bloco lateral que forma o L, e que recebeu uma água a mais em seu telhado, nas reformas por que passou pelas mãos de seus últimos proprietários. A edificação se destaca em seu meio, ainda de marcante paisagem natural.

Figura 23: Foto panorâmica da casa e seu entorno. Foto tirada pelo aluno Marcos Maioli para a disciplina de Patrimônio Local, em 2020.



Fonte: ACERVO DE MARCOS MAIOLI, 2020.

Figura 24 e Figura 25: A casa principal e senzala. Fotos tiradas pelo aluno Ramon Farage para a disciplina de Patrimônio Local, em 2020.



Fonte: ACERVO DE RAMON FARAGE, 2020.

7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história de Aracruz se confunde com a própria história da ocupação da região norte capixaba, principalmente através da colonização de seu planalto ao longo das últimas décadas do séc. XIX, subindo até o rio Doce e terminando nas primeiras décadas do século seguinte. A antiga Vila de Santa Cruz foi o palco onde esse processo se iniciou, mesmo que tenha sido a partir de um desentendimento entre o italiano Pietro Tabacchi e seus colonos contrerrâneos, como visto anteriormente.

Santa Cruz é a marca física da passagem do tempo e das mudanças urbanas que o território da atual Aracruz sofreu ao longo dos séculos. Os exemplares arquitetônicos aqui trabalhados são resquícios, mesmo que alterados, de uma época de grandes transformações que se refletiram por todo o Espírito Santo. A presença humana estrangeira que antes se resumia ao litoral, à exemplo da Vila de Santa Cruz, vem com novas levas e ocupa o seu interior, espalhando-se de norte a sul da antiga província capixaba. Substituem a mão-de-obra escrava, após séculos desse ciclo de exploração humana, para colonizar a região do planalto do Espírito Santo. As etnias indígenas originárias da região de Aracruz veem seu território ser reduzido com a chegada do homem branco em levas sucessivas, desde o séc. XVI. Mesmo não fazendo parte do escopo dessa pesquisa, mas deixando o tema em aberto para uma próxima, é fato histórico o enorme impacto na cultura dos índios locais, e dos que chegaram em meados do séc. XX, da presença do homem branco em seu território, seja ele parte dos primeiros colonizadores portugueses, seja ele de imigrantes italianos e, por último, da grande industrialização por que passou Aracruz a partir de 1970.

Esse amálgama de povos distintos em um mesmo território não expressa necessariamente uma união entre eles, mas, na verdade, e muito por conta do relevo local e pelas próprias dinâmicas do crescimento acelerado que transformou drasticamente toda essa região em menos de cem anos, em um conjunto não homogêneo que forma o atual tecido social de Aracruz.

Aracruz é um município fragmentado em núcleos urbanos bem característicos entre si, de culturas marcantes e singulares, onde lhes falta a conexão necessária, mais do que somente a viária. Na verdade, suas existências não formulam ou capacitam políticas e ações de integração e convívio cultural, criando pelo contrário, polos distintos de crescimento diverso e dispares em um mesmo território. A única forma de uni-los é pela história comum de sua origem nesse território.

Para tanto, se faz necessário entender seu passado tanto através de suas histórias escritas, como as orais e as edificadas em pedra. Sua arquitetura, sua cidade e seus lugares, por sua vez, são também elementos que narram seu passado, que conectam as pessoas ao seu lugar de origem. O que se percebeu nessa pesquisa, entre tantos aspectos e dados observados é que a história passada de Aracruz, em suas origens coloniais e do que resta de sua antiga Vila de Santa Cruz, está se perdendo no tempo, pelo descaso e pelo

desconhecimento. Sua arquitetura antiga não é exatamente um exemplo de momentos gloriosos, mas, de momentos de transformação, de mudanças que foram aos poucos acontecendo e que, pelo acelerar da história nesses últimos cem anos, estão passando ao largo da própria história do município. O valor dessas estruturas urbanas e arquitetônicas não está somente em seu conteúdo físico no tempo histórico, mas na memória que carregam em si como parte da formação da sociedade.

A memória, e por conseguinte, o meio de conexão com o lugar, foi trocado drasticamente pelo desenvolvimento rápido e frio da industrialização que marcou as últimas décadas do séc. XX em Aracruz. A industrialização trouxe novas levas de pessoas e deslocou outras de seus lugares. E a história não deu conta de ensinar uma nova conexão com esse lugar. Esse trabalho de pesquisa, por fim, buscou entrelaçar essas histórias com seu lugar de origem, a partir dos dados e tempo disponíveis. A história de Aracruz é rica e importante para o Espírito Santo, muito antes mesmo, da instalação de seu grande parque industrial e portuário. Convém, portanto, resgatá-la!

8 – AGRADECIMENTOS

Agradecemos à FAPES pelo apoio financeiro na forma de bolsa de IC.

9 – REFERÊNCIAS

1. ALMADA, Vilma. Escravismo e transição: o Espírito Santo (1850-1888). 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1984.
2. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. O Arquivo Público e a história da imigração italiana no Espírito Santo. Disponível em: < <https://ape.es.gov.br/Not%C3%ADcia/o-arquivo-publico-e-a-historia-da-imigracao-italiana-no-espírito-santo>>. Acessado em 25 jun. 2020.
3. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>>. Acessado em: 04 jun. 2018.
4. A TRIBUNA. Navegando os rios capixabas. 2007. Disponível em: < http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20170216_aj13817_rios_geral_.pdf>. Acessado em: 12 nov. 2019.
5. BALESTRERO, Heribaldo Lopes. A obra dos jesuítas no Espírito Santo. Viana: edição do autor, 1979.
6. BARTHES, Roland et al. Análise estrutural da narrativa. Pesquisas semiológicas. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1976.
7. BAVIERA, Teresa da. Viagem pelo Espírito Santo (1888): Viagem pelos trópicos brasileiros. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2013.
8. BIARD, Auguste-François. Viagem à província do Espírito Santo. (Deux années au Brésil - III Province d'Espírito Santo, Tradução de José Augusto Carvalho) Vitória: Cultural-ES
9. BIARD, Auguste-François. Dois Anos no Brasil. Edições do Senado Federal – Vol. 13. Brasília, 2004.
10. BITTENCOURT MELO Jr., A. M. Estudos Históricos sobre a Vila de Santa Cruz. Estudos sobre o município de Aracruz publicados originalmente na sessão “Historiografia” do jornal O Espírito-santense no ano de 1882. Cadernos de História nº56. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2014.
11. BLOCH, Marc. Apologia da História ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

12. BRASIL. Lei nº 13.617, de 11 de janeiro de 2018. Institui no calendário oficial brasileiro o dia 26 de junho como a Data do Reconhecimento do Município de Santa Teresa, no Estado do Espírito Santo, como Pioneiro da Imigração Italiana no Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13617.htm.
13. CARVALHO, José Antônio. O Colégio e as residências dos jesuítas no Espírito Santo. Vitória: EDUFES, 2019.
14. COUTINHO, José Maria. Uma história do povo de Aracruz. Vol. I. Das origens pré-históricas à conquista do poder político pelos Ítalo-Brasileiros. Aracruz: Reitem, 2006.
15. COUTINHO, José Maria. Uma história do povo de Aracruz. Vol. II. Da hegemonia econômica política dos Ítalo-Brasileiros ao impacto da Aracruz Celulose. Aracruz: Reitem, 2006.
16. CRUZ, Maurilen de Paulo. Faça-se Aracruz! (Subsídios para estudos sobre o município). Coleção Faça-se Aracruz!. nº 02. Serra: Tempo Novo jornal e editora Ltda, 1997.
17. DAEMON, Basílio Carvalho. Província do Espírito Santo. Sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística. 2. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.
18. D'ALESSIO, Vito; GONÇALVES, Cassius. Estrada de ferro Vitória à Minas. Rio Doce... Terra proibida. São Paulo: Diaeto Latin American Documentary, 2010.
19. DIAS, Fabiano Vieira. O pátio jesuítico no Palácio Anchieta: narrativas tipo-morfológicas e paisagísticas na cidade de Vitória (ES). 2014. 250 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.ufes.br/handle/10/1188>>
20. FOLHA DO LITORAL. Conheça a história da ponte José Ferreira Lamego. 2020. Disponível em: <<https://folhalitoral.com.br/a-historia-de-uma-ponte-em-aracruz/>>. Acessado em: 26 out. 2020.
21. GROSSELLI, Renzo M. Colônias Imperiais na Terra do Café: Camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras: Espírito Santo, 1874-1900. Brasília: Senado Federal, Conselho Federal, 2009.
22. GROSSELLI, Renzo M. A expedição Tabacchi e a colônia de Nova Trento. Vitória, Artgraf, 1991.
23. HARTT, Charles Frederick. Geologia e geografia física do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.
24. IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades@: Espírito Santo, Aracruz. Disponível em:< <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/aracruz/panorama>>. Acessado em: 29 out. 2020
25. MASSEY, Douglas S. Worlds in Motion: Understanding International Migration at the End of the Millennium. Oxford: University Oxford Press, 1998.
26. MAXIMILIANO (PRINCIPE DE WIED-NEUWIED). Viagem ao Brasil: nos anos de 1815-1817. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.
27. MORRO DO MORENO. Igreja em Santa Cruz. Disponível em: <<http://www.morrodomoreno.com.br/materias/igreja-em-santa-cruz.html>>. Acesso em: 13 maio 2020.

28. Planta da parte da Província do Espírito Santo em que estão compreendidas as colonias organizada na Inspectoria Geral das Terras e Colonização pelos Engenheiros C. Cintra e C. Rivierre. Rio de Janeiro: 1878. 1 mapa, color. ?. Escala 1:250.000.
29. PELLIZZARO, Reinaldo Assis. Pequeno dicionário indígena. Curitiba, Santa Catarina: Edipel, 2011.
30. ROCHA, Levy. Viagem de Pedro II ao Espírito Santo. Vitória: Arquivo Público Estadual do Espírito Santo, 2008.
31. ROSSI, Aldo. La arquitectura de La ciudad. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL, 1992.
32. SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia/Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.
33. SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. Patrimônio Cultural do Espírito Santo. Vitória: SECULT, 2009.
34. SILVEIRA, Nicholas. Santa Cruz – Aracruz – ES (rio Piraqueçu). 2016. (01m50s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AUqifG31Mog>>. Acesso em: 06 maio 2020.